

SUMÁRIO

Prefeitura de São José dos Campos - SP
Professor I

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões que possibilitem avaliar a capacidade de Interpretação de texto	1
conhecimento da norma culta na modalidade escrita do idioma e aplicação da Ortografia oficial.....	6
Acentuação gráfica.....	17
Pontuação	19
Classes gramaticais; Pronomes: emprego e colocação.....	24
Concordância verbal e nominal	37
Regência nominal e verbal	39
Questões	42
Gabarito.....	60

MATEMÁTICA

Teoria dos Conjuntos.....	1
Conjuntos dos números Reais (R): operações, propriedades e problemas.....	7
Cálculos Algébricos	10
Grandezas Proporcionais.....	20
Regra de Três Simples e Composta.....	23
Porcentagem e Juro Simples	25
Sistema Monetário Brasileiro.....	29
Equação do Primeiro e Segundo Grau - problemas.....	32
Sistema Decimal de Medidas (comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo) - transformação de unidades e resolução de problemas	36
Geometria: ponto, reta, plano – ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, circunferência, círculo e seus elementos respectivos – figuras geométricas planas (perímetros e áreas)	42
sólidos geométricos (figuras espaciais): seus elementos e volumes	59
Funções do 1º e 2º grau	67
Sequências, Progressões Aritméticas e Geométricas.....	77
Resolução de problemas.....	82
Questões	88

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Gabarito.....	94
---------------	----

INFORMÁTICA

Sistema Operacional Microsoft Windows.....	1
Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel. Microsoft Office (2013, 2016)	22
Internet e ferramentas	58
Questões	65
Gabarito.....	71

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

O sistema escolar brasileiro segundo a legislação atual.....	1
A construção do conhecimento	3
Atividades adequadas e utilização de jogos na aprendizagem.....	4
o processo de ensino e aprendizagem: a ação pedagógica	9
A avaliação da aprendizagem	11
Integração escola, família e comunidade	13
O papel do professor no mundo atual	15
Questões	18
Gabarito.....	21

BIBLIOGRAFIA GERAL

Constituição Federal de 1988 – (artigos 205 a 214)	1
Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN.....	6
Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-B; 53 a 59; 131 a 138)	38
BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008	43
BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica	52
ANTUNES, CELSO. Na sala de aula. 3º Ed. Petrópolis. 2014	62
BACICH, Lilian. et al. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.....	62

SUMÁRIO

SUMÁRIO



BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Mauree. Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006.....	63
BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. Sala de Aula Invertida. Uma Metodologia Ativa de Aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2018.....	64
CAMARGO, Fausto. DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018	65
CARBONELL, J. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.....	66
CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.....	66
CHRISPINO A.; CHRISPINO, R. S. P. A mediação do conflito escolar. 2. ed. São Paulo: Biruta, 2011	67
COLL, César. Comunidades de aprendizagem e educação escolar	68
COLL César, MARCHESI Alvaro, PALACIOS Jesús & colaboradores. Desenvolvimento psicológico e educação, volume 3, 2004.....	69
COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. Planejando o Trabalho em Grupo. Estratégias para salas de aula heterogêneas. Porto Alegre. Penso, 2017	70
CORTELLA, Mario Sergio, A Escola e o Conhecimento: Fundamentos Epistemológicos e Políticos, 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011	72
GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: LOYOLA EDICOES, 2011.....	73
KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012	73
MURICI, Izabela Lanna; CHAVES Neuza. Gestão para Resultados na Educação. 2. ed. São Paulo: Falconi, 2016	74
VASCONCELLOS, Celso dos Santos, Indisciplina e disciplina escolar: Fundamentos para o trabalho docente. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010	75
VYGOTSKY, L.S., A formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.....	75

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Diretrizes curriculares para a Educação Básica.....	1
Campos de experiência e competências.....	2
Organização por áreas do conhecimento.....	5
Princípios da equidade, inclusão e pluralidade	11
Alfabetização como prática social	12
Concepções de alfabetização e letramento; Ortografia e ensino da escrita ; Desenvolvimento da linguagem escrita; Práticas pedagógicas no ciclo de alfabetização	13
Resolução de problemas.....	25
Desenvolvimento do raciocínio lógico	26

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Práticas lúdicas e significativas; Metodologias ativas; Fundamentos das metodologias ativas	30
Avaliação formativa em matemática.....	31
Ensino contextualizado.....	37
Arte como linguagem.....	38
Cultura visual.....	39
Ensino das linguagens artísticas (artes visuais, dança, música, teatro)	40
Abordagens contemporâneas do ensino de arte	41
Arte na BNCC.....	49
Alfabetização científica.....	58
Investigação no ensino de Ciências	59
Curiosidade e questionamento.....	61
Metodologias ativas na Ciência.....	67
Práticas experimentais e contextualizadas	76
Planejamento e organização do ensino	80
Relação ensino-aprendizagem.....	81
Metodologias de ensino.....	83
Papel do professor	84
Organização dos conteúdos escolares	85
Zona de desenvolvimento proximal.....	85
Papel da mediação no processo de aprendizagem	86
Interação social	87
Relação entre linguagem e pensamento.....	89
Avaliação formativa / avaliação diagnóstica.....	93
Função pedagógica da avaliação.....	94
Crítica à avaliação classificatória	95
Práticas inclusivas.....	98
Diversidade e equidade.....	99
Direitos educacionais	101
Formação docente para a inclusão	106
Barreiras atitudinais e pedagógicas	108
Protagonismo do estudante.....	114
Ensino híbrido.....	114
Sala de aula invertida.....	115
Questões	116
Gabarito.....	123

SUMÁRIO

SUMÁRIO

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ARANHA, Maria Salete Fávero. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. São Paulo: Moderna, 2003.....	1
BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 2012.....	8
BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (Orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018	13
BRASIL. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília: MEC, 2017	14
CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensino de Ciências por investigação. São Paulo: Cengage, 2013.....	69
CUNHA, Maria Cecília de Souza Minette; SOUZA, Heloísa Pontes de (Orgs.). Arte e Educação: ensino, pesquisa e práticas culturais. São Paulo: Cortez, 2018	69
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.....	75
LITTMAN, João Batista. Metodologias ativas no ensino de matemática: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2020.....	83
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011	89
MORAIS, Artur Gomes de. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. São Paulo: Contexto, 2012	90
OLIVEIRA, Marta K. de. Vygotsky: aprendizagem e desenvolvimento. São Paulo: Scipione, 1993.....	94
PANIZZA, Mabel et al. Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais: Análise e Propostas. 2006.....	99
SANTOS, Wladimir Luiz dos. Alfabetização científica: uma proposta para o ensino de Ciências no Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2007	99
SMOLE, Katia; DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Luciana. Matemática na escola: desafios da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2012.....	106
SOARES, Magda Becker. Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.....	113
TELMA FERRAZ LEAL (org.). Aprendizagem da escrita e ensino da ortografia: o desafio da alfabetização. São Paulo: Ática, 2004.....	114
ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.....	121

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

$\in$: pertence

$\notin$: não pertence

$\subset$: está contido

$\not\subset$: não está contido

$\supset$: contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

$\Rightarrow$: implica que

$\Leftrightarrow$: se, e somente se

$\exists$: existe

$\nexists$: não existe

$\forall$: para todo(ou qualquer que seja)

$\emptyset$: conjunto vazio

$\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais

$\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros

$\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais

$\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais

$\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} | x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$



O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.



O sistema escolar brasileiro é regulado por um conjunto de normas que garantem o direito à educação e estabelecem diretrizes para sua organização e funcionamento. A principal legislação que rege o ensino no Brasil é a Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 205 ao 214, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), atualizado periodicamente, estabelece metas para o desenvolvimento da educação no país. Este texto abordará a estrutura do sistema escolar brasileiro conforme a legislação vigente, detalhando seus níveis e modalidades, a organização federativa da educação e os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais.

Princípios e Diretrizes da Educação Brasileira

Princípios Fundamentais

A educação no Brasil deve seguir princípios previstos na Constituição Federal, especialmente no artigo 206, que estabelece diretrizes como:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Gestão democrática do ensino público;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Além disso, a LDB reforça esses princípios e define regras para o funcionamento da educação básica e superior.

Diretrizes da Política Educacional

A política educacional brasileira segue diretrizes nacionais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com participação dos estados e municípios. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas a serem cumpridas em um período de 10 anos, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior.

Estrutura do Sistema Escolar Brasileiro

Educação Básica

A educação básica é composta por três etapas:

- Educação Infantil (creche e pré-escola, para crianças de 0 a 5 anos);
- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais, do 1º ao 9º ano, obrigatório para crianças de 6 a 14 anos);
- Ensino Médio (3 anos de duração, obrigatório para adolescentes a partir de 15 anos).

A obrigatoriedade da educação básica está prevista no artigo 208 da Constituição e na LDB, que estabelece a responsabilidade do Estado em garantir o acesso universal.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)



Conhecimentos Específicos

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCN) estabelecem os princípios, fundamentos e procedimentos para a organização e desenvolvimento da educação básica no Brasil. Estas diretrizes são concebidas para garantir uma educação equitativa e de qualidade para todos os estudantes do país, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um elemento central nas DCNs, definindo os direitos e objetivos de aprendizagem essenciais, proporcionando um currículo comum que deve ser seguido por todas as escolas públicas e privadas.

A Educação Infantil, conforme as diretrizes, enfatiza o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais. A BNCC para essa etapa estabelece seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos são fundamentais para a formação das competências que serão aprofundadas nas etapas subsequentes da educação básica.

A organização curricular na Educação Infantil baseia-se em campos de experiência que interligam práticas pedagógicas e contextos vivenciais das crianças, garantindo uma abordagem lúdica e exploratória do aprendizado.

No Ensino Fundamental, que é dividido em anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano), as diretrizes curriculares promovem uma articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, incentivando uma abordagem interdisciplinar e contextualizada. A BNCC organiza o currículo em áreas como Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, cada uma com competências específicas a serem desenvolvidas.

Nos anos iniciais, o foco é garantir a alfabetização e o letramento, além do desenvolvimento do pensamento lógico e das habilidades matemáticas básicas. A interdisciplinaridade é promovida através de projetos e atividades que integram diferentes disciplinas, proporcionando uma aprendizagem mais significativa. Nos anos finais, a ênfase está no aprofundamento dos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento crítico, da argumentação e da capacidade de resolver problemas complexos.

Para o Ensino Médio, as diretrizes curriculares e a BNCC promovem uma formação mais flexível e diversificada, alinhada aos interesses e necessidades dos estudantes. O currículo é organizado em áreas de conhecimento e formação técnica e profissional, introduzindo os itinerários formativos que permitem aos alunos escolherem percursos formativos conforme seus projetos de vida e aspirações profissionais. As competências gerais do ensino médio incluem a resolução de problemas complexos, criatividade, comunicação, colaboração e o uso crítico e ético das tecnologias digitais. A BNCC para o Ensino Médio busca preparar os estudantes para os desafios do século XXI, promovendo uma educação integral que engloba aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais.

As diretrizes destacam a importância da formação continuada dos professores, essencial para a implementação efetiva do currículo baseado na BNCC. A formação deve capacitar os professores a utilizar metodologias ativas e inovadoras, promover a inclusão e respeitar a diversidade dos estudantes. É fundamental que os educadores estejam preparados para atuar como mediadores do conhecimento, facilitando a aprendizagem e incentivando a autonomia dos alunos.

As diretrizes curriculares também enfatizam a gestão democrática nas escolas, promovendo a participação ativa de toda a comunidade escolar no processo educativo. Isso inclui a participação de pais, alunos, professores e gestores na tomada de decisões, criando um ambiente escolar inclusivo e colaborativo. A inclusão é um princípio central nas diretrizes e na BNCC, promovendo a educação inclusiva e garantindo que todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais, tenham acesso a um currículo adaptado e adequado às suas necessidades. A escola deve ser um espaço acolhedor, que valorize a diversidade e promova a equidade.

A avaliação, conforme orientada pelas diretrizes e pela BNCC, deve ser contínua, formativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o progresso dos alunos, identificar dificuldades e orientar intervenções pedagógicas adequadas. A avaliação deve ser um instrumento para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, garantindo que todos os alunos alcancem os objetivos estabelecidos no currículo.



Bibliografia Específica

— Educação Inclusiva com os pingos nos is

Neste livro, a autora expõe vários textos escritos por ela mesma acerca da temática da educação inclusiva. Estes textos foram escritos em momentos diferentes, mas colaboram, segundo ela, para esclarecimentos sobre a questão em foco. Para Rosita, é importante colocar os pingos nos “is”, pois a diversidade de ideias e práticas acerca da educação inclusiva gera uma confusão de significados e sentidos que, conseqüentemente, acabam por provocar dúvidas e resistências por parte dos educadores na implantação de processos inclusivos.

— Correntes teóricas e sua influência no processo educacional

Neste capítulo, Rosita fará uma análise das correntes teóricas e o impacto de cada uma delas na educação, sobretudo à educação inclusiva, entendendo que, assim, é possível visualizar o que permaneceu e o que mudou na “humanização do Homem” ao longo de sua história.

Em poucas palavras, a autora identifica a origem da educação à origem da história do próprio homem. Afirma que na antiguidade primitiva a educação era, essencialmente, prática, voltada às necessidades cotidianas e era transmitida de geração para geração por meio da oralidade e de exemplos práticos. Na antiga Grécia, era proclamada a formação integral do homem denominada de Paideia. No entanto, como alerta Rosita, havia uma educação mais prática destinada aos escravos e aos guerreiros e outra do “espírito” (intelectual) para os homens livres, ou seja, que não precisavam prover seu sustento material. Na idade Média, com a influência massiva do cristianismo, destaca-se a educação do espírito voltada, sobretudo, aos nobres e cleros. Com o renascimento, ressurgem os valores Greco-romanos para a educação destinados, mais, aos estudos da natureza (astronomia, matemática, artes, medicina, biologia, etc.). Os conceitos de universalidade e individualidade emergem como fundamentos da educação moderna. A universalidade, contudo, apresenta caráter elitista e segregacionista já que, segundo Gadotti (1995), citado pela autora, aos trabalhadores deveria ser destinada uma educação para o trabalho e, aos dirigentes, voltada à arte de governar. Além da diferenciação em função da classe social acrescentem-se as diferenças individuais como parâmetros para estabelecer a quantidade e qualidade da educação destinada a cada pessoa. Nesse contexto é inerente na sociedade, o processo de exclusão educacional a que são submetidos tantos alunos, especialmente aqueles que apresentam algum tipo de deficiência.

De uma visão positivista da educação, na qual cada um deveria ocupar seu devido lugar em função de suas aptidões pessoais e da classe social a que pertencesse, passa-se, por meio da crítica pedagógica, para o escolanovismo, movimento que tem como lema o “aprender fazendo”, deslocando, para o aluno, a centralidade do processo educativo.

Da crítica do positivismo e da escola nova surge um movimento socialista na e para a educação, iniciando-se nas camadas populares. Destes, os ideais pedagógicos de Paulo Freire são referendados pela autora como referência de uma educação socialista.

Guardadas as diferenças teóricas entre as correntes emergentes no século XX, cabe salientar que elas apresentam um traço comum: a centralidade do educando no processo de ensino-aprendizagem.

Contrapondo-se a natureza excludente da sociedade e da educação moderna, desabrocha um movimento de inclusão apoiado por vários segmentos da sociedade. Ainda em clima de discussão, sobretudo, em fóruns de discussão especiais, muitas dúvidas e incertezas acometem pais, educadores e comunidade que acabam por criar resistências na promoção de processos inclusivos. Cabe, portanto, incluir família, escola e comunidade nas discussões acerca da educação inclusiva a fim de elaborar e efetivar projetos inclusivos que atendam às diferenças. Para isso, a escola não pode ser vista e pensada apartada da sociedade. Deve ser antes de tudo, “espaço da alegria” (p.32) no qual os interesses e necessidades de todos e de cada um são considerados e valorizados.